

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Participações S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 24 março de 2014

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

| | Nota | 31/12/2013 | 31/12/2012 | | Nota | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|--|--------|------------------|------------------|--|----------|------------------|------------------|
| Ativo | | | | | | | |
| Ativo Circulante | | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3&13.e | 40 | 20 | | | | |
| Aplicações Financeiras | 4 | 1.179.945 | 1.032.130 | | | | |
| Contas a Receber | | - | - | | | | |
| Créditos Tributários - Correntes | | 7.898 | 8.865 | | 7.a | 34.000 | 2.641 |
| Outros Ativos | | 14 | 18 | | | 535 | - |
| Ativo não Circulante | | 147.059 | 219.677 | | | 30.113 | 13.743 |
| Aplicações Financeiras | 4 | 108.826 | 198.834 | | | 3.909 | 1.500 |
| Depósitos Judiciais | | 12.655 | 17.679 | | 7.a | 3.717 | - |
| Créditos Tributários | | 25.453 | 3.160 | | | 1.274 | 31 |
| Correntes | | 18.507 | 509 | | | 82.314 | 61.169 |
| Diferidos | 8.b.1 | 6.946 | 2.651 | | | 1.131.738 | 1.131.738 |
| Outros Investimentos | | | 4 | | | 111.884 | 67.803 |
| Outros Ativos | | 121 | - | | | 9.020 | - |
| Total do Ativo | | 1.334.956 | 1.260.710 | | 9 | 1.252.642 | 1.199.541 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Passivo Circulante | | | | | | | |
| Contas a Pagar | | | | | | 52.201 | 47.426 |
| Salários a Pagar | | | | | | 3.247 | 2.038 |
| Impostos a Pagar | | | | | | 11.630 | 41.923 |
| Provisões | | | | | 7.a | 2.789 | 2.641 |
| Juros Sobre Capital Próprio a Pagar | | | | | | 34.000 | - |
| Outros Passivos | | | | | | 535 | 821 |
| Passivo não Circulante | | | | | | 30.113 | 13.743 |
| Salários a Pagar | | | | | | 3.909 | 1.500 |
| Impostos a Pagar | | | | | 7.a | 3.717 | - |
| Provisões | | | | | | 21.213 | 12.212 |
| Outros Passivos | | | | | | 1.274 | 31 |
| Total do Passivo | | | | | | 82.314 | 61.169 |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Capital Social | | | | | | 1.131.738 | 1.131.738 |
| Reservas | | | | | | 111.884 | 67.803 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | | | | | 9.020 | - |
| Total do Patrimônio Líquido | | | | | 9 | 1.252.642 | 1.199.541 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | | | | | 1.334.956 | 1.260.710 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

| Nota | Capital Social | Reservas de Lucros | | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Total |
|--|----------------|--------------------|-----------------------|----------------------------------|-------------------|------------------|
| | | Reserva Legal | Reservas Estatutárias | | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2011 | | | | | | |
| | | 191.244 | 4.173 | 73.313 | - | 268.730 |
| Aumento de Capital | 9.a | 1.135.000 | - | - | - | 1.135.000 |
| Redução de Capital - Cisão Parcial da Santander Participações S.A. | 1.b&9.a | (194.506) | - | - | - | (194.506) |
| Dividendos com base em Reservas Estatutárias | 9.d | - | - | (19.199) | - | (19.199) |
| Lucro Líquido | | - | - | - | 190.317 | 190.317 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2012 | | | | | | |
| | | 1.131.738 | 13.689 | 54.114 | - | 1.199.541 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Disponíveis para Venda | | - | - | 9.020 | - | 9.020 |
| Lucro Líquido | | - | - | - | 84.081 | 84.081 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 | | | | | | |
| | | 1.131.738 | 17.892 | 93.992 | 9.020 | 1.252.642 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturações Societárias e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Participações S.A. (Santander Participações) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Parte), Vila Olímpia, São Paulo-SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, podendo também aplicar os seus recursos no mercado financeiro e de capitais, mediante a subscrição de quotas em fundos de investimento e/ou quaisquer outros instrumentos financeiros.

b) Reestruturações Societárias

Cisão Parcial da Santander Participações
 Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Santander Participações e da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços), aprovaram a Cisão Parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial").

O valor da parcela do acervo líquido cindido foi no valor de R\$194.506, correspondente à sua participação devida no capital social da própria Santander Serviços no valor de R\$123.568 e na Webmotors S.A. (Webmotors) no valor de R\$70.938. A Cisão Parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da Cisão Parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços.

A Cisão Parcial da Santander Participações é justificada uma vez que permitirá a alteração na estrutura societária do Grupo Santander Brasil, de modo que: (a) a Santander Participações manterá apenas projetos de investimentos não financeiros, de natureza de equity investments com realização de médio/longo prazo e (b) a Santander Serviços manterá investimentos em sociedades prestadoras de serviços ao sistema financeiro.

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Participações, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Santander Participações estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 24 de março de 2014.

A Santander Participações adotou todas as normas e interpretações que entraram em 2013. A principal norma aplicável foi:

- CPC 46 - Mensuração ao Valor Justo - Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu também o IFRS 13, que substitui a orientação sobre a mensuração do valor justo na literatura existente de contabilidade em IFRS com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. No entanto, IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.
- O CPC não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas aos IFRSs novos e revisadas que passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2014. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC.

Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos;
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios dos planos de aposentadoria; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber"; e
- "Depósitos judiciais".

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de venda ou empréstimos ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Salários a pagar"

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa.

e) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

f) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Participações. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

h) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Participações, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

h.1) Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Participações como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

h.2) Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

A Santander Participações não teve impacto em suas Demonstrações Financeiras, em função dos planos de benefício definido patrocinados por esta entidade serem superavitários nos exercícios apresentados.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido, menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

A Santander Participações não teve impacto em suas Demonstrações Financeiras, em função dos planos patrocinados por esta entidade serem superavitários nos exercícios apresentados.

i) Remuneração Baseada em Ações

A Santander Participações, participa de planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realização e orçãdo em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

| | Nota | 01/01 a 31/12/2013 | 01/01 a 31/12/2012 |
|--|------|--------------------|--------------------|
|--|------|--------------------|--------------------|

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

| | 31/12/2013 | | | | 31/12/2012 | | | |
|--|--------------------------|---|--|------------------|--------------------------|--|------------------|--|
| | Empréstimos e Recebíveis | Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Patrimônio Líquido | Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Resultado | Total | Empréstimos e Recebíveis | Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Resultado | Total | |
| Ativos | | | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 40 | - | - | 40 | 20 | - | 20 | |
| Aplicações Financeiras | 301.059 | 44.161 | 943.551 | 1.288.771 | 295.010 | 935.954 | 1.230.964 | |
| Aplicações em Operações Compromissadas (Nível 1) | 54.808 | - | - | 54.808 | 293.404 | - | 293.404 | |
| Títulos e Valores Mobiliários - Debêntures (Nível 2) | 4.452 | - | - | 4.452 | - | - | - | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nível 1) | 48.445 | - | - | 48.445 | 1.606 | - | 1.606 | |
| Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (Nível 1) | - | - | 144.781 | 144.781 | - | 146.804 | 146.804 | |
| Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽¹⁾ | - | - | 798.770 | 798.770 | - | 761.900 | 761.900 | |
| Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (Nível 1) | 20.071 | - | - | 20.071 | - | - | - | |
| Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa (Nível 1) | 173.283 | - | - | 173.283 | - | - | - | |
| Ações de Companhias Fechadas (Nível 3) | - | 44.161 | - | 44.161 | - | 27.250 | 27.250 | |
| Depósitos Judiciais | 12.655 | - | - | 12.655 | 17.679 | - | 17.679 | |
| Total | 313.754 | 44.161 | 943.551 | 1.301.466 | 312.709 | 935.954 | 1.248.663 | |

⁽¹⁾ Em 2013, inclui R\$527.721 classificado como Nível I e R\$271.049 classificado como Nível II (2012 - R\$761.900 Nível I).

Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013, estão representados por contas a pagar e estão classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Hierarquia de Valor Justo

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Santander Participações mantém uma carteira de instrumentos financeiros e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

7. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

| | Fiscais | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| | 2013 | 2012 |
| Saldos no Início do Exercício | 14.853 | 14.035 |
| Constituição Líquida de Exercício | 9.149 | 818 |
| Saldos no Final do Exercício | 24.002 | 14.853 |

b) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Participações com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

A Santander Participações tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, é o descrito a seguir:

PIS e Cofins - R\$2.789 (31/12/2012 - R\$2.641): a Santander Participações interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

c) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$19.044 (31/12/2012 - R\$10.170): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$11.661 (31/12/2012 - R\$19.037).

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

e.1) Plano de Pensão Complementar

A Santander Participações patrocinadora, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

f) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no exercício de 2013 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$ 2.630 (2012 - R\$ 1.051). O plano Sanprev de benefício definido encontra-se em situação superavitária em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e tal superávit não foi reconhecido como ativo nas demonstrações financeiras conforme limites estabelecidos no CPC 33.

e.2) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

e.2.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de Abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (FSP 2013).

A principal característica do plano é:

Plano de Incentivo a Longo Prazo - **SOP 2013**: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2016 até a data de 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da realização de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano **PSP**: Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirá na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes ("Bônus"), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano **PSP 2013**: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 03 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirá na entrega em "Units".

e.2.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para o Plano

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

| Posição RTA | Plano PI12 - PSP e PI14 - PSP ⁽¹⁾ | | % de Ações Passíveis de Exercício |
|----------------|--|-----|-----------------------------------|
| | PSP 2013/SOP2013 | | |
| 1 ^o | 100% | 50% | |
| 2 ^o | 75% | 35% | |
| 3 ^o | 50% | 25% | |
| 4 ^o | 0% | 0% | |

⁽¹⁾ Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

| Método de Avaliação | PSP 2013 | | PI14 - PSP | | PI12 - PSP | | SOP 2013 | |
|------------------------------|----------|----------|------------|----------|------------|----------|----------|----------|
| | Binomial | Binomial | Binomial | Binomial | Binomial | Binomial | Binomial | Binomial |
| Volatilidade | 40,00% | 57,37% | 57,37% | 57,37% | 57,37% | 57,37% | 57,37% | 57,37% |
| Taxa de Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Período de "Vesting" | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Momento "Médio" de Exercício | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Probabilidade de Ocorrência | 60,27% | 37,59% | 43,11% | 60,27% | 60,27% | 60,27% | 60,27% | 60,27% |
| Taxa Livre de Risco | 11,80% | 10,50% | 11,18% | 11,80% | 11,80% | 11,80% | 11,80% | 11,80% |
| Valor Justo para Ações | - | - | - | - | - | - | - | - |

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

| | PSP 2013 | PI14 - PSP | PI12 - PSP | SOP 2013 |
|------------------------------|----------|------------|------------|----------|
| Taxa de Dividendos | 40,00% | 57,37% | 57,37% | 57,37% |
| Período de "Vesting" | - | - | - | - |
| Momento "Médio" de Exercício | - | - | - | - |
| Probabilidade de Ocorrência | 60,27% | 37,59% | 43,11% | 60,27% |
| Taxa Livre de Risco | 11,80% | 10,50% | 11,18% | 11,80% |
| Valor Justo para Ações | - | - | - | - |

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício de 31/12/2013 é de R\$14,07 (2012 - R\$14,93).

No exercício de 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia referente ao plano no valor de R\$60 (2012 - R\$21) referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) e R\$166 (2012 - não foram registradas despesas) referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP). Foi registrado também no exercício de 2013, ganho com a oscilação do valor de mercado da ação no valor de R\$12 como despesas de pessoal. As despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida de salários a pagar, pois são planos que serão liquidados em caixa.

| | Preço de exercício em Reais | Quantidade de Ações | Ano de Concessão | Grupo de Funcionários | Data do Período de Exercício | Data do Fim de Exercício |
|---|-----------------------------|---------------------|------------------|-----------------------|------------------------------|--------------------------|
| Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2011 | | 1.500 | | | | |
| Opções Canceladas (PI12 - PSP) | - | (853) | 2010 | Executivos | 03/02/2010 | 30/06/2012 |
| Opções Exercidas (PI12 - PSP) | - | (647) | 2010 | Executivos | 03/02/2010 | 30/06/2012 |
| Opções Concedidas (PI14 - PSP) | - | 4.000 | 2012 | Executivos | 29/05/2012 | 30/06/2014 |
| Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2012 | | 4.000 | | | | |
| Opções Concedidas (SOP 2013) | 14,43 | 160.000 | 2013 | Executivos | 02/05/2013 | 30/06/2018 |
| Opções Concedidas (FSP 2013) | - | 22.600 | 2013 | Executivos | 13/08/2013 | 30/06/2016 |
| Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2013 | | 186.600 | | | | |
| PI12 - PSP | - | - | 2010 | Executivos | 03/02/2010 | 30/06/2012 |
| PI14 - PSP | - | 4.000 | 2012 | Executivos | 29/05/2012 | 30/06/2014 |
| SOP 2013 | 14,43 | 160.000 | 2013 | Executivos | 02/05/2013 | 30/06/2018 |
| PSP 2013 | - | 22.600 | 2013 | Executivos | 13/08/2013 | 30/06/2016 |
| Total | | 186.600 | | | | |

e.2.2) Bônus Referenciado em Ações

A AGE de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (deferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

A Santander Participações, participa do programa Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos, conforme abaixo:

O Programa Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício de 2013, foram registradas despesas referente ao plano no valor de R\$1.554 (31/12/2012 - R\$1.030), as despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida de salários a pagar.

O Programa Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registrados despesas no valor de R\$808 (2012 - não foram registradas despesas), referente a provisão do plano e o foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano.

O Programa Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registrados despesas no valor de R\$41 (2012 - não foram registradas despesas).

8. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|-----------------|-----------------|
| Resultado antes da Tributação | 84.406 | 253.709 |
| Juros sobre o Capital Próprio (40.000) | - | - |
| Resultado antes da Tributação Ajustado | 44.406 | 253.709 |
| Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente | (15.098) | (86.261) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | - | 4.935 |
| Despesas Indefiníveis Líquidas de Receitas não Tributáveis | 14.747 | 17.966 |
| Outros Ajustes | 26 | 28 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (325) | (63.392) |
| Impostos Correntes (4.532) | - | (64.301) |
| Impostos Diferidos | 4.207 | 909 |
| Impostos Pagos no Exercício (53.401) | - | (25.536) |
| Alíquota Efetiva | 0,39% | 24,99% |

b) Impostos Diferidos

Os dados dos saldos das rubricas "créditos tributários diferidos" são:

| | Saldo em 31/12/2012 | Constituição | Realização | Saldo em 31/12/2013 |
|--|----------------------------|---------------------|-------------------|----------------------------|
| b.1) Créditos Tributários | | | | |
| Natureza e Origem: | | | | |
| Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais | 1.695 | 3.111 | - | 4.806 |
| Provisão para Despesas de Pessoal - Participações nos Lucros | 527 | 2.034 | (1.633) | 928 |
| Outras Provisões Temporárias | 429 | 783 | 1.212 | 1.424 |
| Saldo dos Créditos Tributários/Registrados | 2.651 | 5.928 | (1.633) | 6.946 |
| | Saldo em 31/12/2011 | Constituição | Realização | Saldo em 31/12/2012 |
| Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais | 1.417 | 278 | - | 1.695 |
| Provisão para Despesas de Pessoal - Participações nos Lucros | - | 638 | (111) | 527 |
| Outras Provisões Temporárias | 325 | 104 | - | 429 |
| Saldo dos Créditos Tributários/Registrados | 1.742 | 1.020 | (111) | 2.651 |

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

| Ano | 31/12/2013 | |
|------|-----------------------------|------|
| | Diferenças Temporárias IRPJ | CSLL |
| 2014 | 1.470 | 671 |
| 2016 | 801 | 20 |